

47

# NOTAS SOBRE A AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

**Athos Gusmão Carneiro**

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul  
Professor de Direito Processual Civil na UFRGS  
e na Escola Superior da Magistratura  
mantida pela AJURIS

**Obs.:** O presente estudo reproduz, com numerosas modificações e acréscimos, trabalho divulgado em 1974 sob o título 'Ação Declaratória INCIDENTAL no Novo C.P.C.'.

## SUMÁRIO

- I — Questão prejudicial e coisa julgada material.
- II — Interesse de agir específico.
- III — Propositura da ação declaratória incidental.
- IV — Procedimento.
- V — A declaratória incidental no processo com revelia.
- VI — Competência.

### **I — Questão prejudicial e coisa julgada material.**

Dentre as modificações introduzidas pelo vigente C.P.C. aos lineamentos fundamentais de nosso direito processual civil, aparece como das mais relevantes, do ponto de vista teórico, a 'declaração incidente' referida nos arts. 59, 325, 470, 321 e 109. O instituto é realmente complexo, suscitando fundadas dúvidas e divergências doutrinárias e jurisprudenciais mesmo naqueles países, como a Alemanha, Áustria e Itália, que o consagram de muito

tempo. Alguns pontos básicos não será, entretanto, demasia explicitar: A ação declaratória incidental é uma *outra ação*, proponível, *no mesmo processo*, por *qualquer das partes* de uma ação já em andamento. Assim, esta ação declaratória implica numa *cumulação de demandas* quando promovida pelo autor, ou é um tipo de *demanda reconvenicional* quando promovida pelo réu (1).

Sendo uma ação declaratória, o 'bem da vida' que constitui seu objeto é a '*certeza jurídica quanto à existência, inexistência ou modo de existir de uma relação jurídica*'. Pergunta-se: Quais relações jurídicas podem ser objeto da ação declaratória incidental? Quando existe o 'interesse de agir', que possibilita ao autor ou ao réu postular contra a parte adversa a declaração incidente? Em que momento processual cabe o ajuizamento da ação declaratória incidente? Qual o rito a ser observado? A resposta à primeira indagação poderá ser quicá obscurecida pelos termos do art. 325, do C.P.C., *verbis*: 'Contestando o réu o direito que constitui fundamento do pedido, o autor poderá requerer, no prazo de dez dias, que sobre ele o Juiz profira declaração incidente, se da declaração da existência ou da inexistência do direito depender, no todo ou em parte, o julgamento da lide (art. 59)'

Ora, a rigor, o 'direito que constitui fundamento do pedido', o direito invocado como razão jurídica da pretensão do autor, é necessariamente objeto da declaração ínsita em toda a sentença que julga a lide, dando pela procedência ou pela improcedência do pedido (2).

---

(1) — Quando a declaratória parte do réu, é a antiga lição de Chiovenda: 'Pode dizer-se uma espécie de reconvenção: mas costuma reservar-se o nome de reconvenção para o caso em que o réu propõe uma ação condenatória ou constitutiva; ao passo que, na hipótese em apreço, o réu se limita a requerer uma declaração positiva ou negativa' ('Instituições', I, n. 125, *in fine*). De acordo com o Prof. Galeno Lacerda ('O Novo Direito Processual Civil e os Feitos Pendentes', Forense, n. 6), a declaratória incidental quando formulada pelo réu é uma demanda reconvenicional, com pedido sempre declaratório negativo 'do fato prejudicial em que se apóia a ação principal, como pressuposto' (salvante, aduzimos, se a ação principal for declaratória negativa, caso em que a declaração incidente do réu terá caráter declaratório positivo); se apresentada pelo autor, é sempre uma declaratória positiva (salvo se a ação principal for declaratória positiva, caso em que a declaratória incidente do autor terá caráter declaratório negativo).

(2) — A sentença de improcedência é, de regra, declaratória negativa. A sentença de procedência ou apenas declara, ou declara e condena, ou declara e constitui (ou declara e manda, para os que admitem a categoria das ações e sentenças mandamentais).

A ação declaratória incidental deve, pois, recair sobre *outro direito* subjetivo, *outra relação jurídica*, nos termos do art. 5º: 'Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o Juiz a declare por sentença'. Em outros termos: a declaração incidental deve recair sobre uma *questão prejudicial*, isto é, sobre relação jurídica que, sem fundamentar diretamente o pedido, todavia *condiciona* o direito invocado pelo autor, predeterminando o conteúdo *de mérito* da sentença (3).

Ressalvando a grande dificuldade em precisar o conceito de 'prejudicialidade', mesmo porque variável em função da legislação referida pelos autores que dele tratam, parece razoável definir como 'prejudicial' toda a questão que constitua, em primeiro lugar, um *antecedente lógico* da sentença (prejudicialidade em sentido lato), e que, outrossim, se baseie 'en una relación sustancial independiente de la que motiva la litis' (Hugo Alsina, 'Las Cuestiones Prejudiciales en el Proceso Civil', EJE, 1959, p. 63 e seguintes); nota-se, pois, a autonomia da relação jurídico-prejudicial, que poderá, em tese, ser objeto, facultativamente, de uma ação declaratória autônoma (4) (5).

*Pondo exemplo: ação indenizatória* por danos causados em determinação bem, que o demandante afirma de sua propriedade. O réu, na contestação,

---

(3) — No magistério de Buzaid: 'A sua função precípua é, pois, a de atender aos princípios da brevidade e economia, resolvendo num mesmo processo, com autoridade de coisa julgada, *duas lides* em vez de uma apenas, a saber, a lide prejudicial e a lide principal, de sorte que ambas passam a ser, por força do pedido das partes, *duas lides principais*. O merecimento da ação declaratória incidental consiste em reunir, num mesmo processo, o julgamento de duas lides, uma das quais poderia ser decidida apenas *incidenter tantum* e, portanto, ser objeto de ação autônoma, mas que, julgadas em conjunto, são ambas lides principais do mesmo processo' ('Digesto de Processo', Forense, vol. I, verbete 'Ação Declaratória Incidental').

(4) — Ada Pellegrini Grinover, processualista emérita, refere que a doutrina processual moderna reservou a denominação 'questão prejudicial', em sentido estrito, para 'as questões relativas a outros estados ou relações jurídicas, que não dizem respeito à relação jurídica controvertida, mas que, podendo embora ser por si só objeto de um processo independente, apresentam-se naquele determinado processo apenas como ponto duvidoso na discussão da questão principal' ('Ação Declaratória Incidental', R.T., 1972, p. 10).

(5) — Humberto Theodoro Júnior sintetiza: 'Mas para justificar a declaratória incidental, é preciso que a questão seja tal, que pudesse justificar hipoteticamente um outro processo, pois só assim se concebe o exercício do direito de ação que se contém no pedido de declaração incidente' ('Processo de Conhecimento', Forense, vol. II, n. 404).



poderá argüir 'preliminares' processuais; pode negar, de mérito, a existência dos danos ou a autoria; e pode, inclusive, afirmar que o bem danificado é de propriedade não do autor mas sim dele, contestante. Teremos, destarte, *duas* relações jurídicas controvertidas: a *relação de crédito*, fundamento do pedido indenizatório, e a *relação dominial*, condicionante da anterior. Outro exemplo: *ação de cobrança* contra fiador. Este, em contestando, suscita a nulidade do contrato entre o credor e o afiançado. A validade da relação contratual básica condiciona a validade e exigibilidade do pacto de fiança.

Sabemos que a relação subordinante deve inarredavelmente ser apreciada pelo Juiz, ao sentenciar na ação de indenização ou na ação de cobrança. Se, a respeito dessa relação subordinante, não ocorre controvérsia, teremos, na lição de Menestrina ('Prejudicial no Processo Civil', Viena, 1904), um simples *ponto prejudicial*. Se este ponto foi controvertido, surgiu uma *questão prejudicial*, questão esta que o magistrado necessariamente irá apreciar em simples juízo de cognição, ou seja, sem o efeito da coisa julgada material (Chiovenda, 'Instituições', Tomo I, n. 124). Tratar-se-á, portanto, de uma decisão *incidenter tantum*; é a norma expressa do art. 469, do Código: 'Não fazem coisa julgada... III — A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo'.

Todavia, se a *questão prejudicial* (6) for destacada por qualquer das partes, como objeto de uma ação de declaração incidental, estaremos, então, frente a uma *causa prejudicial*, cuja solução será dada *principaliter* e fazendo coisa julgada material, isto é, produzindo imutável certeza jurídica naquele e em quaisquer outros pleitos entre aquelas partes (C.P.C., art. 470).

Na lição de Ada Pellegrini Grinover: 'Mediante ação declaratória incidental, operar-se-á a ampliação do objeto do pedido; e a questão prejudicial,

---

(6) — Cuidamos aqui apenas da *prejudicialidade homogênea*, isto é, ocorrente dentro do âmbito do processo civil; não da prejudicialidade *heterogênea*, a envolver relações interjurisdicionais, ou seja, a decisão do juízo civil a influir na decisão do juízo criminal, e vice-versa, hipóteses em que a possibilidade de declaratória incidente é afastada pela radical incompetência *ratione materiae* do Juiz da causa prejudicada. A respeito o parágrafo único, dos arts. 64 (prejudicialidade eventual facultativa), 92 e 93, do C.P.P. (vide Arruda Alvim, 'Direito Processual Civil', Tomo II, p. 286 e seguintes; Euclides C. da Silveira, 'Da Prejudicialidade Jurídica Heterogênea no Processo Penal', in Estudos de Direito Processual Civil em memória do Min. Costa Manso, Ed. Rev. dos Tribs., 1965, p. 168).



que poderia constituir objeto de processo autônomo, terá sido declarada dentro de ação que verse sobre outro estado ou relação jurídica, de forma que a ela também se estenda a autoridade da coisa julgada' ('Ação Declaratória Incidental', R.T., 1972, p. 58).

Portanto, se as relações subordinantes, nos exemplos dados, forem decididas como simples pressuposto lógico do julgamento das ações, e tidas por existentes, tal não impede que, futuramente, a matéria venha a receber diversa apreciação em outras lides entre as partes. Mas, se as mencionadas relações jurídicas forem objeto de ação declaratória incidental, a coisa julgada irá obstar, para sempre, que *entre as partes* o domínio do bem ou a validade do contrato básico sejam reapreciados de maneira diversa (7).

## II — Interesse de agir específico.

Não basta, no entanto, a superveniência de uma *questão* prejudicial para que o autor ou o réu possam provocar a *causa* prejudicial. É necessário haver um 'interesse de agir' específico, diverso do interesse de agir na causa principal. Realmente, se existir (ou se for previsível) somente aquela lide entre as partes, por hipótese, a lide que originou a ação de indenização ou a de cobrança, a solução da questão prejudicial apenas *incidenter tantum* permitirá a adequada composição daquele conflito de interesses e satisfará plena e integralmente aos litigantes.

Pode, entretanto, ocorrer que a questão prejudicial tenha, ou possa ter, alcance mais amplo, interessando a *outras controvérsias* atuais (ou previsíveis) entre as partes. Para Cernelutti ('Sistema', n. 374, edição esp.): 'Nosotros llamamos prejudiciales, en sentido técnico, sólo a las cuestiones cuya solución constituye premisa de la decisión *también en otros litigios*... Por ejemplo, deducida en proceso la pretensión de la mujer a los alimentos, como ésta implica el conocimiento en torno a la validez del matrimonio, puede ser conveniente que este conocimiento se lleve a cabo de una vez para todas,

---

(7) — 'É no princípio da economia do processo que se localiza a finalidade principal da declaração incidente. Com ela se evita, pela formação da coisa julgada sobre a questão prejudicial, que esta venha a ser objeto de nova discussão, provas e decisão, em demandas futuras entre as mesmas partes, e que tenham como objeto, ou como prejudicial, a mesma questão' (Agrícola Barbi, 'Coments. ao C.P.C.', Forense, vol. I, 2ª ed., n. 71).

esto es, con eficacia respecto a todas las consecuencias del matrimonio. En este caso se inserta en el proceso el llamado *acertamiento incidental*'.

Nota-se, pois, que não é suficiente 'a contestação relativa a uma relação prejudicial, mas é preciso que esta relação consista em uma questão *comum a outra lide*' (Ada Pellegrini Grinover, obra citada, p. 77). Temos, destarte, que a ação declaratória incidental pressupõe *uma lide específica, atual ou virtual, outra que não a lide causadora do processo principal*.

Grandemente esclarecedor o artigo do Prof. Luigi Montesano, da Universidade de Roma (*in* 'Riv. di Diritto Processuale', VI/329, parte I, ano 51), sob o título 'In Tema di Accertamento Incidentale e di Limite del Giudicato'. A certo ponto, tratando do interesse de agir na ação declaratória incidental, propõe o articulista: 'Realmente, segundo tais noções, para que se possa provocar uma declaratória incidental, não é suficiente a contestação relativamente a uma relação prejudicial, mas é necessário que esta prejudicial consista em uma questão comum a outra lide atual, a qual também venha deduzida como objeto do julgamento. Portanto, não apenas a mera certeza sobre a relação, isto é, como foi visto, a mera solução de uma questão, mas a concreta atribuição de um bem será o resultado do juízo de declaração incidental, como de qualquer outro juízo contencioso de cognição'.

A característica da ação declaratória incidental consiste em que o *interesse de agir* surge com a impugnação (embora não suficiente 'apenas' a impugnação), relativa a um ponto prejudicial, *impugnação* esta formalizada na contestação apresentada na 'causa principal' (que também pode ser chamada de 'causa prejudicada' ou 'condicionada', em contraposição à 'causa prejudicial' ou 'condicionante').

Cumprе ainda salientar que a ação declaratória, como reiterado, pode ser promovida *por qualquer das partes*, mas réu desta ação deverá ser apenas e tão-somente a parte adversa na ação principal. Isto porque é imprescindível que a parte na ação declaratória incidental também o seja, 'e no mesmo sentido de direito processual, na ação subordinada: terceiro não pode propô-la nos autos desta, nem contra terceiro pode propô-la qualquer das partes' (Adroaldo Furtado Fabrício, 'A Ação Declaratória Incidental', Forense, n. 44).

Pode inclusive acontecer, segundo o magistrado sul-rio-grandense, que a relação jurídica condicionante tenha como interessados (no sentido do direito 'material') uma das partes e um terceiro, pois a ação declaratória incidental tem por objetivo alargar 'os *limites objetivos* do julgado, não os *subjetivos*, donde o corolário de serem as partes necessariamente as mesmas da

causa inicialmente proposta, embora não necessariamente as legitimadas diretas à ação declaratória autônoma que se pudesse ajuizar' (*ibidem*).

### III — Propositura da ação declaratória incidental.

Em que momento processual poderá o réu, ou o autor, propor a ação declaratória incidental, postulando a extensão da coisa julgada material também à decisão da questão subordinante? Pelo ZPO alemão (§ 256, 2, antigo § 280), até o encerramento do debate oral anterior à sentença; assim também (§ 259, 2) o Código austríaco (Chiovenda, I, n. 125). Pelo Código português (texto alterado pelo Decreto-Lei n. 47.690, de 11.5.67), o pedido do autor, independentemente de acordo das partes, pode ser ampliado 'até ao encerramento da discussão em primeira instância, se a ampliação for o desenvolvimento ou a consequência do pedido primitivo'.

Esta orientação diverge, todavia, da sistemática adotada em nosso direito processual, que era ao tempo do C.P.C. de 1939, e continua a ser, um processo predominantemente escrito, no qual a fase postulatória se distingue com nitidez das subseqüentes fases de saneamento, instrução e decisão. Aliás, o art. 325 é expresso, concedendo o prazo de dez dias, *após tomar ciência da contestação*, para o autor demandar a declaração incidental, seguindo-se nova citação do réu e reabertura do prazo de quinze dias para a resposta (art. 321, *in fine*).

O Código é omissivo quanto ao momento do ajuizamento da ação de declaração incidental partida do demandado, mas, diante do seu caráter reconvenicional, deve ser proposta *simultaneamente com a contestação*, em peça autônoma (art. 299), intimando-se o autor, na pessoa de seu procurador (intimação com eficácia de citação), para contestar no prazo de quinze dias (art. 316). O ajuizamento da ação declaratória incidental deve, portanto, necessariamente preceder a fase do saneamento.

Não ajuizada no momento processual adequado, preclui a possibilidade de resolver *principaliter* e no mesmo processo a questão prejudicial, ressalvada, por certo, a possibilidade de propositura, a respeito da relação jurídica condicionante, de ação declaratória não incidental, isto é, em processo autônomo (e tal processo autônomo, pela conexão de causas, poderá acarretar a suspensão do processo principal, art. 265, IV, letra a, do C.P.C.).

A petição de ajuizamento da ação incidental obedecerá aos requisitos normais da petição inicial (incidental ajuizada pelo autor) ou da reconvenção (incidental proposta pelo demandado). O Juiz pode (e deve) *rejeitar liminarmente* o pedido de declaração incidental: a) nos casos previstos em lei (art.





295); b) quando a questão suscitada evidentemente não constituir 'questão prejudicial', no exato sentido jurídico do termo, por tratar-se, isto sim, de questão vinculada à própria relação jurídica que constitui fundamento direto do pedido da ação principal; c) nos casos de intempestividade da postulação, ou de incompetência absoluta do Juiz para conhecer da questão prejudicial invocada; d) quando inócua o interesse específico à obtenção da coisa julgada material na solução da questão prejudicial; e) nos processos de execução (inclusive nos embargos do devedor) e nos processos cautelares.

A ação declaratória incidental, acrescentamos, é incabível nas causas sob rito sumariíssimo (Adroaldo Furtado Fabrício, ob. cit., n. 63), as quais, aliás, inadmittem reconvenção (C.P.C., art. 315, § 2º). Também inadmissível nas ações sob rito especial, mas somente 'enquanto se mantenha especial o procedimento, cessando sempre que este se converta em ordinário a tempo de ser oferecido o pedido incidente' (Fabrício, ob. cit., n. 64); no mesmo sentido Arruda Alvim ('C.P.C. Comentado', 1/379, ed. 1975, R.T.). Nos casos de rejeição liminar do pedido declaratório incidental, o Juiz não põe termo ao processo, caracterizando-se sua decisão, pois, como interlocutória (art. 162, §§ 1º e 2º), impugnável por *agravo de instrumento* (art. 522).

#### IV — Procedimento.

Após transcorrido o prazo para 'responder' ao pedido declaratório incidental, prossegue normalmente a demanda em procedimento ordinário, com saneamento, audiência e instruções comuns (*simultaneus processus*), e a mesma sentença julgará o pedido principal e o de declaração incidente. Assim, temos duas ações, duas relações jurídico-processuais, *um só processo* (8).

No magistério de Agrícola Barbi: 'Tudo isto leva a concluir que o julgamento da ação principal e da declaração incidente deve ser feito sempre simultaneamente pelo Juiz da instância inferior' ('Coments. ao C.P.C.', Fo-

---

(8) — Explicita José Carlos Barbosa Moreira que, com a propositura da ação declaratória incidental, o órgão judicial 'defronta-se com duas ações, a cada uma das quais corresponde um pedido perfeitamente individualizado. A sentença que se pronunciar sobre ambas será *objetivamente complexa*: conterà, na verdade, dois julgamentos, o do pedido primitivo e o do pedido superveniente (formulado pela mesma ou pela outra parte) de declaração da existência ou inexistência da relação jurídica subordinante' ('Temas de Direito Processual', Saraiva, 1977, p. 94).



rense, vol. I, 2ª ed., n. 79). Isto, de regra. Sérios problemas processuais surgem, entretanto, quando a sentença de mérito 'tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerida como declaração incidente', pois pelo Código será o processo, nesse caso, *suspens*o por prazo não excedente a um ano (art. 265, IV, c; art. 265, § 5º). Findo o prazo, 'o Juiz mandará prosseguir no processo', ou seja, na hipótese de declaração incidental relativa à questão de estado, o Juiz determinará seja retomada a apreciação da lide 'principal' (note-se que, excepcionalmente, a ação declaratória incidental tramitará então em autos apartados, pois neste caso, *e apenas neste*, haverá não só uma *ação incidental* como também um *processo incidental*).

Poderá ocorrer, quiçá com freqüência, que a questão prejudicial de estado não se encontre definitivamente julgada dentro do prazo anual. Mas como o processo da lide 'principal' deve, então, retomar andamento, a solução mais viável (embora passível de objeções) será a de *suspender a apreciação da causa prejudicial até que a questão principal venha a atingir o mesmo estágio procedimental*, para que daí em diante passem ambas as causas a um processamento, e posterior julgamento, em conjunto (com reunião, pois, dos procedimentos, formando-se daí em diante um *único processo*).

Também é possível que o prazo de um ano termine encontrando-se o julgamento da causa prejudicial de estado pendente no Tribunal, por via de recurso.

Nesta hipótese, evitando-se possíveis decisões contraditórias, a sentença na causa principal somente poderá ser prolatada após a manifestação da instância superior sobre o mérito da questão prejudicial.

## V — A declaração incidental no processo com revelia.

Quer dos termos do art. 325, do C.P.C. — 'contestando o réu o direito que constitui fundamento do pedido, o autor . . .' — quer do disposto no art. 5º — 'se, *no curso do processo*, se tornar *litigiosa* relação jurídica . . .' — depreendo ser em princípio incabível a declaração incidente nos casos de revelia do réu. É ainda Chiovenda: 'Na ausência de qualquer contestação, é vedado à parte aproveitar-se da prejudicialidade para requerer uma declaração' (Inst., I, n. 126).

É possível objetar que a esta conclusão opõe-se o art. 321: '*Ainda que ocorra revelia*, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de quinze dias'.

Esta norma, entretanto, merece ser relacionada com a do art. 264, que impede ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir sem o consentimento do réu; assim, mesmo se revel o réu, a nova citação resguardará em sua inteireza os princípios do contraditório e da 'estabilidade da instância'. A expressão 'ainda que ocorra revelia' diz respeito, portanto, apenas à hipótese de alteração da demanda inicial, não à declaração incidente: se o réu tornou-se revel, o *ponto* prejudicial não foi impugnado, e não se transformou, pois, em *questão* prejudicial; não se 'tornou litigiosa' a relação jurídica condicionante.

O processo em revelia conduz, aliás, ao julgamento antecipado da lide — art. 330, II — salvante as hipóteses previstas no Código, arts. 324 e 320. Adroaldo Furtado Fabrício, citando Barbosa Moreira e Calmon de Passos, lembra, todavia, casos possíveis, embora raros, em que a revelia não seria fator impeditivo ao ajuizamento da declaratória incidental: assim o caso do revel, cujo curador especial houvesse, ao contestar, suscitado a questão prejudicial; também o do litisconsórcio passivo, em que na contestação de um dos réus seja controvertida relação jurídica condicionante, que também diga respeito ao outro réu, este revel (ob. cit., n. 60).

## VI — Competência.

Nos termos do art. 109, do C.P.C., 'o Juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente'. É mister confrontar esta norma com o disposto no art. 470, pelo qual a resolução da questão prejudicial fará coisa julgada 'se a parte o requerer, o Juiz for competente em razão da matéria e...'. E se o Juiz não for competente? A declaratória incidente torna-se inadmissível, ou o processo deve ser remetido ao juízo competente para conhecê-la? Esta última solução é a do Código italiano, art. 34: 'Il giudice, se per legge o per esplicita domanda di una delle parti è necessario decidere con efficacia di giudicato una questione pregiudiziale che appartiene per materia o valore alla competenza di un giudice superiore, rimette tutta la causa a quest'ultimo, assegnando alle parti un termine perentorio per la riassunzione della causa davanti a lui'.

No direito brasileiro, o aludido art. 470 (cuja redação é criticável) em realidade dispõe sobre um *requisito de admissibilidade* da ação declaratória incidental, ou seja, a ação incidental somente pode ser proposta se, para ela, for competente (competência *ratione materiae*, ou melhor, competência absoluta) o Juiz da causa em andamento. Se não o for, a declaratória somente po-

derá ser ajuizada em *outro processo*, perante o Juiz para ela competente, sendo, pois, em tal caso, defeso o *simultaneus processus* (9).

Cumprido, outrossim, assinalar a regra do direito brasileiro de que a reconvenção não será admitida se o Juiz for absolutamente incompetente para conhecê-la (Moacyr Amaral Santos, 'Da Reconvenção', n. 75; Pontes de Miranda, 'Coments. ao C.P.C. de 1939', Tomo II, p. 297; Frederico Marques, 'Instituições de Direito Processual Civil', ed. 1966, p. 150 e 155). E a declaratória incidental, partida do réu, é um tipo de ação reconvenicional. Conclui-se, destarte, que o art. 109, do C.P.C., alude apenas à prorrogação da competência *relativa*, harmonizando-se assim com o art. 470 (José Carlos Barbosa Moreira, 'Questões Prejudiciais e Coisa Julgada', n. 81).

---

(9) — Exemplifica mestre Buzaid: 'Ajuizada uma ação de natureza obrigacional ou relativa a direito real, perante Vara Cível, nela não pode ser proposta a ação declaratória incidental que verse sobre causa de estado, porque esta é da competência privativa do Juiz da família e sucessões' ('Digesto de Processo', Forense, vol. I, verbete 'Ação Declaratória Incidental').

